REVISTA SAÚDE.COM
ISSN 1809-0761
Vol 22, Nº 3, 2026, 188-205
DOI: 10.22481/rsc.v22i2.17123
Artigo de Revisão | Review Article

Mulheres em situação de rua e violência de gênero: revisão integrativa

Micaela Freire Fontoura[1] **Vanda Palmarella Rodrigues**[2]
[1,2]Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia– Brasil.
*Autor de correspondência: contato.micaela@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:
Equidade de Gênero
Pessoas Mal Alojadas
Violência contra a Mulher
Violência de Gênero

RESUMO

O estudo objetivou descrever os desafios da violência de gênero na vida de mulheres em situação de rua e os impactos da invisibilização social no acesso de direitos básicos. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. As buscas foram realizadas nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e no portal de periódicos Scientific Electronic Library Online (SciELO), nos idiomas inglês, português e espanhol, publicados nos últimos 10 anos. Os dados foram organizados, categorizados e discutidos por meio de síntese descritiva. Ao final, foram incluídos cinco artigos. Os resultados apontaram que a falta de políticas públicas eficazes reforça a invisibilidade da mulher em situação de rua e perpetua a violência de gênero. A violência de gênero impacta diretamente a saúde mental e física dessas mulheres, dificultando a saída das ruas. Conclui-se que políticas de enfrentamento à violência contra a mulher nem sempre incluem as necessidades específicas das mulheres em situação de rua sob a ótica da violência de gênero. Por fim, há a necessidade de maior atenção do Estado e da sociedade para enfrentar esse problema de forma concreta, garantindo proteção e direitos para essas mulheres.

KEYWORDS:
Gender Equity
Poorly Housed People
Violence against Women
Gender-Based Violence

ABSTRACT

The study aimed to describe the challenges of gender-based violence in the lives of homeless women and the impacts of social invisibility on access to basic rights. This is an integrative literature review. The searches were conducted in the databases of the Virtual Health Library (VHL), the Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) and the Scientific Electronic Library Online (SciELO) journals, published in English, Portuguese and Spanish in the last 10 years. The data were organized, categorized and discussed through descriptive synthesis. In the end, five articles were included. The results showed that the lack of effective public policies reinforces the invisibility of homeless women and perpetuates gender-based violence. Gender-based violence directly impacts the mental and physical health of these women, making it difficult for them to leave the streets. It is concluded that policies to combat violence against women do not always include the specific needs of homeless women from the perspective of gender-based violence. Finally, there is a need for greater attention from the State and society to tackle this problem in a concrete way, guaranteeing protection and rights for these women.

SUBMETIDO: 04 de julho de 2025 | **ACEITO:** 02 de setembro de 2026 | **PUBLICADO:** 30 de setembro de 2026
© REVISTA SAÚDE.COM 2026. Este artigo é distribuído sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License

Introdução

As mulheres em situação de rua vivenciam diversas formas de violência, incluindo agressões físicas, abusos sexuais e discriminação de gênero. A vulnerabilidade dessas mulheres é intensificada pela falta de acesso a serviços básicos, a exemplo da falta de conhecimentos, moradia, saúde e proteção social[1].

De modo geral, essas mulheres são invisibilizadas pelas políticas públicas e pela sociedade, dificultando a garantia de seus direitos. Por sua vez, os estigmas e a exclusão social tornam ainda mais difícil romper com o ciclo de violência e pobreza, o que requer a implementação de medidas específicas para oferecer acolhimento, assistência e oportunidades para que essas mulheres possam reconstruir suas vidas com dignidade e segurança[1].

A violência contra mulher é uma realidade que está presente em vários pontos da sociedade, que afeta de maneira intensa as mulheres que fazem das ruas seu espaço de existência e moradia. Nessa perspectiva, a interseção entre gênero, pobreza e exclusão social acentua a vulnerabilidade dessas mulheres, tornando-as alvos frequentes das formas de violência contra a mulher, destacando-se a violência física, a violência sexual e a violência psicológica. No entanto, em geral essa problemática é amplamente invisibilizada, tanto pela sociedade quanto pelas políticas públicas, dificultando o acesso dessas mulheres a serviços essenciais de saúde, segurança e assistência social[2].

Essas mulheres enfrentam múltiplas formas de violência na rualização, incluindo agressões físicas, abusos sexuais e a discriminação de gênero. Logo, a vulnerabilidade desse grupo é agravada pela falta de acesso a moradia, saúde e proteção social, além da ausência de políticas públicas eficazes que contemplem suas necessidades específicas. Por conseguinte, configura-se a invisibilização social dessas mulheres, o que delineia barreiras na garantia de seus direitos e perpetua o ciclo de exclusão e violência contra a mulher[3].

De modo geral, a ausência de espaços de acolhimento seguros e adaptados às necessidades femininas reforçam sua marginalização, dificultando o fortalecimento dos vínculos familiares, o que resulta na permanência dessas mulheres nas ruas. Assim, a falta de oportunidades para reinserção social e

econômica também contribui para a permanência nesse contexto de vulnerabilidade[4].

Para combater essa realidade, é fundamental a implementação de políticas públicas mais inclusivas, que garantam proteção, assistência e oportunidades para essas mulheres. Como também, torna-se necessária a criação de programas específicos de acolhimento, acesso à saúde e suporte para reinserção no mercado de trabalho, no intuito de proporcionar meios concretos para romper o ciclo de violência e exclusão que existe no cotidiano das ruas, garantindo a essas mulheres condições dignas e seguras para reconstruírem suas vidas[5]. Contudo, os dados disponíveis sobre as mulheres em situação de rua apresentam-se fragmentados e insuficientes para se pensar e elaborar uma política pública eficaz, com uma clara política de gênero[6].

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre a vulnerabilidade das mulheres em situação de rua tendo como direcionamento as discussões atuais sobre os papéis socioculturais de gênero, uma vez que elas enfrentam múltiplas formas de violência e exclusão social.

Nesse contexto, a invisibilização desse grupo tanto pela sociedade quanto pelas políticas públicas dificulta o acesso a direitos básicos, como moradia, saúde e proteção social. Assim, compreender os desafios enfrentados por essas mulheres e analisar possíveis estratégias de acolhimento e reinserção social contribuem para a formulação de políticas mais eficazes e inclusivas, promovendo dignidade e segurança para esse público[6].

Este estudo destaca os impactos e os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua em relação à violência de gênero, bem como a necessidade de dar visibilidade a essa problemática, de modo que essas mulheres sejam reconhecidas como sujeitos de direitos e tenham suas necessidades atendidas[6]. Frente ao exposto, o estudo objetivou descrever os desafios da violência de gênero na vida de mulheres em situação de rua e os impactos da invisibilização social no acesso de direitos básicos.

Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que seguiu as seguintes etapas: elaboração da pergunta norteadora, busca de estudos na literatura, coleta de dados, análise dos resultados encontrados, discussão e redação da revisão integrativa[7]. E a busca se deu no período de janeiro a março de 2025.

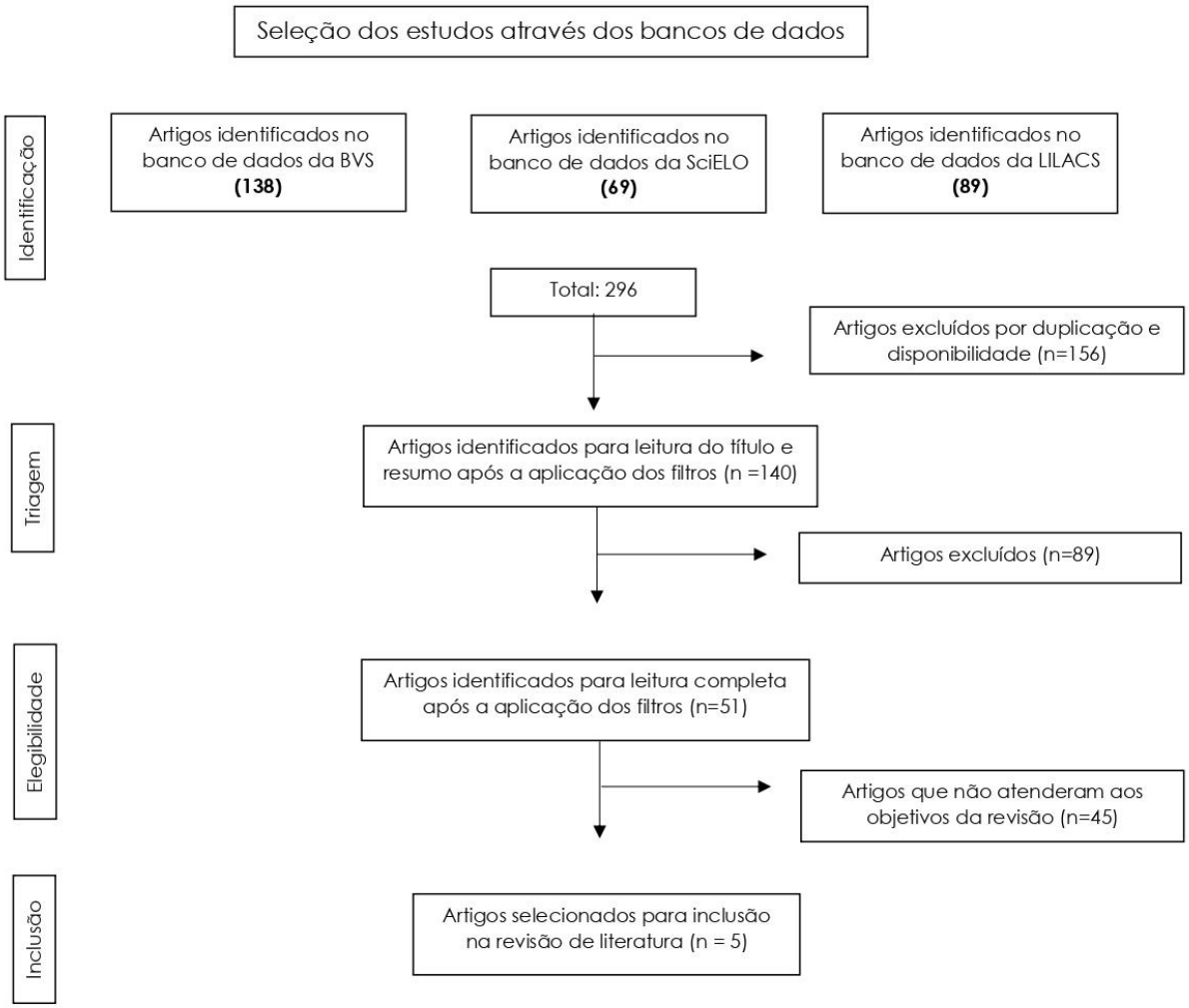
Para nortear a revisão utilizou-se a seguinte pergunta norteadora: Quais os desafios da violência de gênero na vida de mulheres em situação de rua e como a invisibilização social afeta o acesso dessas mulheres a direitos básicos?

Foi realizado um levantamento bibliográfico através de busca eletrônica nas bases de dados do Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), na Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e no portal de periódicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Violência contra a Mulher; Violência de Gênero; Equidade de Gênero; e, Pessoas Mal Alojadas, com auxílio dos operadores booleanos "AND" e "OR".

Como critérios de inclusão, foram utilizados artigos completos e disponíveis para leitura, nacionais e internacionais, nos idiomas português, inglês e espanhol, de livros, protocolos ministeriais e de organizações internacionais que colaboram com o objeto de estudo, dos últimos 10 anos. Como critérios de exclusão foram adotados artigos indisponíveis para leitura, artigos com duplicidade de indexação nas bases de dados e produções que não atenderam ao objetivo do estudo.

Para a análise e seleção dos artigos, foi aplicada uma leitura crítica, priorizando a relevância e a qualidade metodológica dos estudos encontrados. Foram considerados artigos com rigor metodológico, incluindo pesquisas quantitativas e qualitativas, além de revisões sistemáticas, que abordassem de forma aprofundada os aspectos relacionados à violência de gênero e à invisibilização de mulheres em situação de rua. A leitura foi conduzida de forma cuidadosa, com o objetivo de extrair as principais contribuições de cada estudo para a compreensão do tema, identificando padrões e lacunas na literatura. Conforme evidencia o fluxograma abaixo (Figura 1):

Figura 1 – Fluxograma descritor dos estudos selecionados a partir da busca nas bases de dados. Jequié, BA, Brasil, 2025.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Além disso, a revisão integrativa incluiu uma análise das estratégias de enfrentamento e das políticas públicas voltadas para a proteção dessas mulheres. Sendo considerados também os contextos socioculturais e econômicos que influenciam a situação de vulnerabilidade, com foco nas questões de equidade de gênero.

Sob essa ótica, o presente estudo buscou integrar diversas perspectivas teóricas e práticas, proporcionando uma visão ampla sobre os desafios enfrentados por mulheres em situação de rua e a violência de gênero, com o intuito de contribuir para o avanço do entendimento acadêmico e para a

proposição de ações concretas no combate à violência e à invisibilidade dessas mulheres.

Finalmente, os dados obtidos foram organizados de forma sistemática, buscando uma construção coesa e coerente das evidências. A análise qualitativa dos cinco artigos selecionados permitiu sintetizar as principais conclusões sobre os obstáculos enfrentados por mulheres em situação de rua e as estratégias de enfrentamento da violência de gênero. Assim, a revisão buscou ainda evidenciar a importância de abordagens interdisciplinares e a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento para promover soluções eficazes e políticas públicas que garantam a dignidade e os direitos dessas mulheres.

Resultados

Com base na estratégia de pesquisa, cinco artigos foram admitidos na revisão integrativa, conforme o (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa sobre mulheres em situação de rua e violência de gênero, segundo autoria, objetivo, aspectos metodológicos e principais resultados (n=5).

Título	Autor/Periódico/Ano	Objetivo	Aspectos Metodológicos	Síntese do Estudo
Violence in the lives of homeless women in the city of São Paulo, Brazil	Rosa e Brêtas/Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]/2015	Trazer à reflexão situações de violência na vida de mulheres em condição de rua na cidade de São Paulo, Brasil.	Pesquisa qualitativa, com abordagem descritivo-exploratória, por meio de por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo temática, com oito mulheres.	Este estudo desconstruiu os estereótipos de fragilidade e dependência entre mulheres em situação de rua. No processo relacional, elas também foram instigadoras de disputas por espaço e poder.

Maria, Maria: concepções sobre ser mulher em situação de rua	Sanchotene, Antoni, Munhós/ *Textos & Contextos*/ 2019	Investigar as concepções sobre ser mulher em situação de rua em Porto Alegre, RS.	Pesquisa qualitativa, com abordagem descritivo-exploratória, por meio de entrevistas semiestruturadas e análise temática, com seis mulheres.	Foi observado o sofrimento das mulheres por estarem afastadas de seu filho, bem como os esforços realizados para reverter tal situação.
As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua	Valle, Farah, Carneiro Júnior / *Saúde debate* / 2020	Compreender as dificuldades da vida na rua que interferem na percepção e no estado de saúde de adultos em situação de rua em um município da Zona da Mata Mineira, Brasil.	Pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas e observação com registro em diário de campo.	Reconhecendo as situações que determinam os níveis de saúde das pessoas em situação de rua é possível construir políticas e estratégias que contemplem suas reais necessidades. A intersetorialidade das ações públicas ainda é um desafio ao cumprimento de um direito fundamental de todos: o direito à saúde. Uma vez que, as principais dificuldades encontradas pela população em situação de rua, que interferem na saúde, incluem: exposição a condições climáticas adversas; preconceito e estigmatização social; violência física e sexual; falta de acesso a recursos básicos; barreiras no acesso aos serviços de saúde; e, dificuldade em manter rotinas de cuidado.
Mulheres em	Nardes, Giongo/*Revi*	Analisar as	Pesquisa qualitativa,	Os resultados apontaram para a necessidade de

situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas	*sta Estudos Feministas* /2021	vivências de mulheres em situação de rua da região do Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, resgatando suas memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas.	com abordagem descritivo-exploratória, por meio da observação participante, entrevistas de histórias de vida e questionário sociodemográfico e análise temática, com 10 mulheres.	políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de rua, considerando seus modos de vida e vivências na rua. Dado que os modos de vida e vivências sugerem que existem vínculos familiares e afetivos mesmo estando em situação de rua, bem como pontuam estratégias de rotinas de sobrevivência na rua, para garantir alimentação, abrigo, higiene e segurança. Assim como enfatizam a busca por autonomia e resiliência, sentimentos ambivalentes sobre a situação de rua e a dificuldade no acesso às políticas públicas.
A violência contra a mulher em situação de rua: uma experiência do centro pop Niterói	Santos/ Escola de Serviço Social/ 2021	Investigar o fenômeno da violência sofrida por mulheres em situação de rua que foram observadas no Centro Pop de Niterói no primeiro semestre de 2019.	Pesquisa qualitativa, com abordagem descritivo-exploratória, por meio de diário de campo e pesquisa bibliográfica e documental, com mulheres em situação de rua atendidas pelo Centro POP em Niterói.	Os resultados apontam que as mulheres em situação de rua sofrem diferentes formas de violência — física, psicológica, sexual, simbólica e institucional — muitas vezes simultaneamente, como também, destaca que essas mulheres enfrentam não apenas a violência típica da rua, mas também barreiras para acesso a serviços de assistência social e saúde, agravando sua situação. Esclarece que a violência está profundamente enraizada nas estruturas patriarcais e capitalistas, que naturalizam a desigualdade e a exclusão social. Os achados reforçam a necessidade de políticas

				públicas intersetoriais que considerem as especificidades de gênero e de situação social para prevenir e combater a violência contra essas mulheres.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Para a redação da discussão, foram elencadas duas categorias: Os impactos da violência de gênero na vida de mulheres em situação de rua e 2) Invisibilização e Barreiras no Acesso a Direitos às mulheres em situação de rua. A discussão a seguir é reforçada por outros autores e pesquisadores.

Discussão

Os impactos da violência de gênero na vida de mulheres em situação de rua

A violência de gênero contra mulheres em situação de rua é um problema grave e multifacetado, envolvendo desigualdades estruturais, negligência estatal e preconceitos sociais. Estudos indicam que essas mulheres são mais vulneráveis a agressões físicas, violência sexual e abusos psicológicos, enfrentando dificuldades para acessar serviços de proteção e assistência[8,9].

Pesquisas demonstram que a trajetória de muitas mulheres em situação de rua está diretamente ligada a experiências prévias de violência doméstica, abuso sexual e abandono[1-3]. Ao buscar refúgio nas ruas, elas acabam expostas a novas formas de violência contra a mulher, seja por parte de outros moradores de rua, em especial homens, seja por agentes do Estado ou pela sociedade. Essa realidade cria um ciclo contínuo de exclusão, tornando ainda mais difícil a reinserção social[10].

A falta de dados oficiais específicos sobre mulheres em situação de rua contribui para a invisibilização do problema, dificultando a formulação de políticas públicas eficazes direcionadas à ótica do gênero. Além disso, muitas dessas mulheres evitam buscar ajuda em serviços de saúde e assistência social em virtude do estigma, medo da criminalização ou falta de acolhimento adequado[10].

Outra barreira significativa é a ausência de abrigos e programas de proteção voltados para essa população, que consigam acolher e assistir todas as mulheres em situação de rua[2,11]. Muitas vezes, os serviços disponíveis não consideram as especificidades das mulheres, como a necessidade de espaços seguros para mulheres em situação de violência ou a possibilidade de estarem acompanhadas por filhos[11].

Pesquisas sobre mulheres em situação de rua evidenciam que a violência de gênero é um fator central na trajetória dessas mulheres. Os dados sugerem que grande parte delas já vivenciava situações de violência doméstica antes de chegar à situação de rua, sendo forçadas a abandonar seus lares para escapar de agressões. No entanto, ao viver nas ruas, a violência não apenas continua, mas se intensifica, tornando-se ainda mais extrema e invisibilizada[5,8,9-10].

Mulheres em situação de rua são frequentemente expostas à violência física, sexual e psicológica[9]. Segundo relatórios sociais, inúmeras mulheres em situação de rua sofrem múltiplas violências diariamente, tanto de desconhecidos quanto de parceiros e outros moradores de rua, sendo o homem o maior agressor que elas encontram nas ruas[8-9]. Muitas dessas mulheres não conseguem acessar abrigos seguros por falta de vagas ou por não cumprirem critérios rígidos de admissão. Além disso, as delegacias da mulher e os serviços de proteção social são pouco acessados por essa população, reforçando a invisibilidade do problema, somados ao medo do enfrentamento por meio da denúncia[12].

A falta de políticas públicas eficazes perpetua a condição de extrema vulnerabilidade. A violência de gênero sofrida nas ruas impacta diretamente a saúde mental e física dessas mulheres, dificultando a saída das ruas, o que justifica em alguns casos a sua permanência. A ausência de dados quantitativos e qualitativos sobre essa população contribui para a invisibilização do problema, corroborando com a necessidade de que as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher se tornem mais eficazes e que incluam as necessidades específicas das mulheres em situação de rua[11-12].

Embora existam políticas voltadas à população em situação de rua e medidas de combate à violência contra a mulher, a interseção entre esses dois temas ainda é pouco abordada. Programas como a Política Nacional para a

População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) oferecem diretrizes, mas sua aplicação é limitada quando se trata de mulheres em extrema vulnerabilidade[13-14].

Torna-se necessária a elaboração de políticas públicas específicas para essa população, incluindo medidas assertivas, sendo elas: a criação de abrigos exclusivos para mulheres, garantindo proteção contra os agressores; atendimento humanizado em serviços de saúde e assistência social, sem exigências burocráticas excessivas; maior investimento em programas de moradia assistida, possibilitando um recomeço seguro; e, capacitação profissional e apoio psicológico, visando à autonomia dessas mulheres[14].

Invisibilização e Barreiras no Acesso a Direitos às mulheres em situação de rua

A invisibilização das mulheres em situação de rua é um fenômeno que reforça a marginalização e dificulta a garantia de direitos básicos[6,9]. Essas mulheres enfrentam múltiplas formas de violência, incluindo agressões físicas, abusos sexuais e discriminação institucional, sem que existam políticas públicas eficazes para protegê-las e promovê-las socialmente[3-4]. A falta de reconhecimento desse problema tanto pela sociedade quanto pelo Estado contribui para que a situação se perpetue e para que soluções sejam negligenciadas.

As barreiras impostas no acesso a direitos fundamentais, como moradia, saúde e segurança, estão diretamente ligadas à falta de políticas públicas direcionadas para essa população[1,3,9]. Muitos serviços sociais são projetados sem considerar as especificidades de gênero, o que dificulta a inserção dessas mulheres em programas de assistência. Na visão de Valle e colaboradores[15], a ausência de espaços seguros e acessíveis agrava a vulnerabilidade, aumentando a exposição à violência contra a mulher e à exploração de seus corpos no cenário das ruas.

A pesquisa científica tem um papel essencial na visibilização dessas mulheres e na formulação de estratégias para garantir seus direitos[15,16]. Estudos sobre interseccionalidade demonstram que a vulnerabilidade das mulheres em situação de rua não pode ser analisada apenas pelo viés da pobreza, mas também pela articulação entre desigualdades de gênero, raça e classe social[8-10]. Conforme

aponta Sousa[16], essa abordagem permite um olhar mais aprofundado sobre os desafios enfrentados por esse grupo e contribui para políticas mais eficazes.

A literatura evidencia que a violência de gênero é um dos principais fatores da permanência das mulheres na situação de rua[9,10,11,15,16]. Muitas delas fogem de relacionamentos abusivos, mas encontram novas formas de opressão no espaço público. Logo, a falta de mecanismos de proteção e de acolhimento específicos para essas mulheres as obrigam a permanecer em ambientes perigosos e a desenvolver estratégias de sobrevivência que, muitas vezes, as expõem a riscos ainda maiores[17].

Além disso, a saúde das mulheres em situação de rua é gravemente comprometida em decorrência da precariedade das condições de vida e da dificuldade de acesso aos serviços médicos. Muitas vezes, a falta de documentos e a discriminação por parte dos profissionais de saúde impedem que essas mulheres recebam o atendimento necessário[9,15]. Segundo Ferreira et al.[18], as pesquisas na área da saúde pública têm evidenciado a necessidade de protocolos específicos para essa população, considerando suas vulnerabilidades e particularidades.

A pesquisa de Prudente et al.[19] aborda o desempenho ocupacional de mulheres em situação de rua, destacando como as privações ocupacionais se entrelaçam com a violência de gênero vivenciada por essas mulheres. Observou-se que a invisibilização dessas mulheres pela sociedade e pelas políticas públicas intensifica suas limitações no acesso a direitos e serviços essenciais. A mesma pesquisa evidenciou que suas experiências de vida e as atividades cotidianas estão imersas em um contexto de opressão e violência. Nesse processo, é fundamental que sejam consideradas as especificidades de gênero, com ações voltadas à promoção de mudanças sociais e à garantia dos direitos das mulheres em situação de rua, visando à construção de um futuro mais justo e à vivência plena da cidadania.

O estigma social também desempenha um papel central na invisibilização dessas mulheres[4-5]. Elas são frequentemente associadas a estereótipos negativos, como desvio de caráter e envolvimento com drogas, o que reforça a exclusão e dificulta a implementação de medidas de suporte. Como discutem Lima et al.[10], a

desconstrução desses estereótipos é essencial para a formulação de políticas inclusivas que garantam direitos e promovam a dignidade dessas mulheres.

Um estudo identificou cinco categorias de vulnerabilidade social enfrentadas por mulheres em situação de rua: violência sexual, uso de drogas, maternidade, discriminação LGBTQIA+ e saúde íntima. Além da exclusão social, essas mulheres enfrentam desigualdade de gênero, fruto de uma cultura patriarcal. A falta de políticas públicas específicas para suas necessidades foi destacada, com a maioria dos estudos abordando principalmente o uso de drogas e a maternidade, sem considerar as múltiplas dimensões das desigualdades de gênero[10].

A pesquisa também identificou como a interseção entre raça, gênero e classe agrava a invisibilidade e a naturalização das violências que essas mulheres vivenciam. Portanto, foi ressaltada a necessidade de políticas públicas que atendam às suas especificidades, buscando garantir seus direitos e combater a exclusão social [10].

A ausência de programas habitacionais voltados para mulheres em situação de rua é outro fator crítico[14,16]. As políticas de moradia raramente contemplam a especificidade do público feminino, deixando-as em situação de maior vulnerabilidade. Segundo Costa et al.[20], a falta de abrigo seguro para mulheres em situação de violência contribui para a reincidência da situação de rua, dificultando sua reinserção social e econômica.

A maternidade em situação de rua é um desafio adicional que precisa ser considerado nas pesquisas e políticas públicas[9]. Muitas dessas mulheres perdem a guarda de seus filhos considerando a precariedade de suas condições de vida, o que gera um ciclo de dor e marginalização ainda maior. Estudos como o de Santos et al.[6] destacam a importância de políticas que garantam suporte a essas mães, oferecendo condições para que possam reconstruir suas vidas sem a separação compulsória de seus filhos.

Os discursos biomédico, jurídico e socioantropológico abordam a maternidade de formas complementares, porém com um foco hegemônico na proteção do feto, negligenciando as condições de vida dessas mulheres. A ideia de proteção ao feto tende a secundarizar a situação de vida das mulheres,

ignorando questões como machismo, racismo e pobreza, além de apresentar a maternidade dessas mulheres como uma questão de Estado, subordinando seus direitos ao bem-estar infantil[6].

A criminalização das mulheres em situação de rua, especialmente aquelas usuárias de drogas, reforça estigmas e violações, dificultando o acesso aos serviços sociais e de saúde[9]. Embora existam iniciativas de cuidado, como o pré-natal, que reconhecem as especificidades dessas mulheres, a criminalização e a pressão pelo bem-estar infantil, muitas vezes, resultam em novas formas de violência. A reflexão sobre os direitos das mulheres em situação de rua e suas maternidades exige uma abordagem mais humana e fundamentada nos direitos humanos, para que a assistência ao feto não seja uma forma de violência contra as mulheres[6].

A reinserção no mercado de trabalho também representa uma barreira significativa para essas mulheres. Sem qualificação profissional e com dificuldades para acessar programas de empregabilidade, muitas acabam recorrendo a atividades informais de alto risco, como o trabalho sexual e o trabalho precarizado. Segundo estudo de Ribeiro[21], iniciativas de capacitação profissional voltadas para mulheres em situação de vulnerabilidade têm demonstrado impactos positivos na sua autonomia e na redução da reincidência da situação de rua.

Nesse sentido, a pesquisa científica pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes ao evidenciar a necessidade de uma abordagem interseccional. A análise dos desafios enfrentados por essas mulheres deve considerar fatores como a violência de gênero, a falta de moradia, a discriminação no mercado de trabalho e o impacto da maternidade. Segundo Nardes e Giongo[22], a construção de alternativas eficazes depende do reconhecimento da complexidade dessas interações e da formulação de políticas integradas.

Dessa forma, é fundamental que as pesquisas acadêmicas continuem a explorar esse tema, ampliando o debate e fornecendo dados que embasem ações concretas. O aprofundamento das investigações sobre as mulheres em situação de rua e a violência de gênero pode fortalecer a pressão por mudanças institucionais e promover o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para garantir a cidadania e os direitos desse grupo.

Portanto, a produção científica tem um papel essencial na visibilização social das mulheres em situação de rua e na construção de alternativas para superar os desafios que enfrentam. O olhar crítico e as políticas públicas baseadas em evidências constituem instrumentos fundamentais para visibilizar essa realidade e estruturar respostas eficazes, articuladas à atuação das redes de proteção, dos serviços, da sociedade civil e das próprias mulheres, contribuindo para o enfrentamento do ciclo de exclusão e violência e para a garantia do direito a uma vida digna e segura.

Conclusão

O estudo evidenciou que a violência de gênero vivenciada por mulheres em situação de rua constitui uma problemática sistemática, marcada pela invisibilização social e pela sobreposição de diferentes situações de vulnerabilidade. Os achados indicam que muitas dessas mulheres apresentam histórico de violência doméstica anterior à situação de rua e, nesse contexto, permanecem expostas a novas formas de violência, incluindo agressões físicas, psicológicas e sexuais, perpetradas tanto por particulares quanto, em determinadas situações, por agentes do Estado. Esse cenário é agravado pelo estigma, pela criminalização da pobreza, pela insuficiência de políticas públicas e pela precariedade do acesso à moradia, aos serviços de saúde, à assistência social e aos mecanismos de proteção.

Embora existam dispositivos legais e políticas públicas direcionados à proteção das mulheres e da população em situação de rua, os achados apontam para a persistência de lacunas na efetivação desses direitos, especialmente quando gênero e situação de rua se articulam a outros marcadores de vulnerabilidade, como raça, pobreza e maternidade. Nesse sentido, a invisibilização social contribui para restringir o reconhecimento dessas mulheres como sujeitos de direitos e dificulta o acesso efetivo à proteção, aos serviços essenciais e às possibilidades de autonomia e reinserção social.

Diante disso, o enfrentamento da violência de gênero contra mulheres em situação de rua requer políticas públicas intersetoriais e estratégias de cuidado

pautadas na equidade, na perspectiva interseccional e na garantia de direitos. A ampliação de serviços de acolhimento adequados, o atendimento humanizado, o fortalecimento das redes de proteção, as ações de qualificação e inserção no trabalho e a articulação entre saúde, assistência social e demais setores constituem medidas relevantes para a redução das vulnerabilidades identificadas. Assim, a produção científica assume papel estratégico na visibilização dessa realidade e na qualificação das políticas e práticas destinadas a assegurar dignidade, proteção, autonomia e acesso efetivo a direitos às mulheres em situação de rua.

Referências

1.Faria GS, Costa L. Um corpo na rua: estigmas e vulnerabilidades de mulheres em situação de rua [Trabalho de Conclusão de Curso]. [Brasília]: Universidade XYZ, Curso de Psicologia; 2023.

2.Rosa AS, Brêtas ACP. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. Interface-Comun Saúde Educ. 2015;19:275-85.

3.Costa LF. Vozes silenciadas: uma análise das trajetórias de mulheres em situação de rua e suas experiências de vulnerabilidade; 2023.

4.Santos MER. Vozes silenciadas: a invisibilidade das mulheres em situação de rua e os impactos na saúde mental; 2024.

5.Silva THC, Jordão LR, Silva PLF. A invisibilidade das mulheres em situação de rua e a relativização dos seus direitos. Atâtôt Rev Interdiscip Dir Hum UEG. 2020;1(2):118-39.

6.Santos JR. A violência contra a mulher em situação de rua: uma experiência do Centro POP-Niterói [Trabalho de Conclusão de Curso]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social; 2022.

7. Mendes KDS, Silveira RC de CP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto contexto - enferm [Internet]. 2008Oct;17(4):758–64. Available from: https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018

8.Farah MFS. Gênero e políticas públicas. Rev Estud Feminist. 2004;12(1):47-71.

9.Silva MIN. Invisibilidade da mulher em situação de rua nos serviços especializados de atendimento à mulher [Trabalho de Conclusão de Curso]. Brasília: Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais; 2019.
10.Lima IS, Rodrigues RC, Rabelo DF. Mulheres em situação de rua: um estudo sobre vulnerabilidades social, racial e de gênero. Cad Bras Saúde Mental. 2023;15(46):60-83.
11.Almeida VA, Neto WGR. Justiça restaurativa no combate à violência contra a mulher: a Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar do Paraná. Braz J Dev. 2025;11(1):e77172.
12.Soares J. Ligue 180 cria atendimento prioritário para mulheres vítimas das chuvas no RS [Internet]. SBT News; 2024 [cited 2025 Jan 4]. Available from: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/jussara-soares/politica/ligue-180-cria-atendimento-prioritario-para-mulheres-vitimas-das-chuvas-no-rs/
13.Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. [Internet]. Brasília, DF: Presidência da República; 2006 [cited 2025 Jan 4]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm
14.Brasil. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento [Internet]. Brasília, DF: Presidência da República; 2009 [cited 2025 Jan 4]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm
15.Valle FAA, Farah B, Carneiro N. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. Saúde Debate. 2020;44(124):182-92.
16.Sousa VLMS. É na lei ou na realidade?: debates a respeito da construção de um direito fundamental a não estar em situação de rua para crianças e adolescentes; 2023.
17.Sanchotene IP, de Antoni C, Munhós AA, Ruas M. Maria, Maria: concepções sobre ser mulher em situação de rua. Textos Contextos (Porto Alegre). 2019;18(1):146-60.

18.Ferreira CPS, Lima J, Costa MB, et al. Consultório na Rua em Maceió/AL: o olhar de pessoas em situação de rua; 2015.
19.Prudente TC, Paiva RB, Gontijo DT. Desempenho ocupacional de mulheres em situação de rua. Rev Interinst Bras Ter Ocup. 2018;2(1):85-108.
20.Costa SL, Santos SN, Ferreira B, et al. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. Saúde Soc. 2015;24(3):1089-1102.
21.Ribeiro BF. A saúde mental da mulher em situação de rua; 2020.
22.Nardes S, Giongo CR. Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. Rev Estud Feminist. 2021;29:e66011.